

MULHERES LGBTQIA+ PRIVADAS DE LIBERDADE E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

Leticia Lucia Silva Santos

Assistente Social e graduanda em Direito pela UNIPAC **Contato:**
leticialuciassantos@gmail.com

Resumo

Este projeto de pesquisa visa desvelar como o conceito de Direitos Humanos e cidadania foram incorporados tanto pelas legislações que norteiam o trabalho profissional como na prática cotidiana dos/as assistentes sociais do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+, com ênfase no Código de Ética dos Assistentes Sociais. Para tanto, pretende-se analisar a relação entre o contexto de trabalho das assistentes sociais do sistema prisional e a instrumentalidade como estratégia para legitimar os direitos dos indivíduos privados de liberdade; apreender as principais demandas e dificuldades da atuação profissional do(a) assistente social do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+ e compreender de que modo a atuação profissional do assistente social com as Mulheres LGBTQIA+ contribui para garantir a consolidação da cidadania e da dignidade humana destes sujeito. O presente projeto objetiva uma proposta de estudo que será realizada a partir da perspectiva materialista dialética, compreendendo a sociedade capitalista contemporânea como uma totalidade concreta que se configura a partir de totalidades menos complexas que se inter-relacionam. Para abordar tal problema e atingir os objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será realizada Pesquisa Exploratória de Metodologia Qualitativa e para a coleta de dados será realizada revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Mulheres LGBTQIA+; Serviço Social.

Introdução

Este projeto de pesquisa visa desvelar como o conceito de Direitos Humanos e cidadania foram incorporados tanto pelas legislações que norteiam o trabalho profissional como na prática cotidiana dos/as assistentes sociais do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+, com ênfase no Código de Ética dos Assistentes Sociais.

Para tanto, pretende-se analisar a relação entre o contexto de trabalho das assistentes sociais do sistema prisional e a instrumentalidade como estratégia para legitimar os direitos dos indivíduos privados de liberdade; apreender as principais demandas e dificuldades da atuação profissional do(a) assistente social do sistema prisional junto às Mulheres LGBTQIA+ e compreender de que modo a atuação profissional do assistente social com as Mulheres LGBTQIA+ contribui para garantir a consolidação da cidadania e da dignidade humana destes sujeito.

Metodologia

Para abordar tal problema e atingir os objetivos definidos neste projeto de pesquisa, será realizada Pesquisa Exploratória de Metodologia Qualitativa e para a coleta de dados será realizada revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Resultados e discussão

Nota-se que a violação de direitos é estruturante no sistema prisional, sendo objeto de debate por vários segmentos. Porém, este objeto de pesquisa objetiva pautar a busca pela garantia de direitos à identidade de gênero e à orientação sexual Mulheres LGBTQIA+, que são sujeitos ainda mais invisibilizadas e oprimidas por este sistema.

Diante de tal vulnerabilidade destes sujeitos em tela, o sistema prisional segrega as Mulheres LGBTQIA+, independente de sua vontade, em pavilhões à parte, definidos como “seguro” para que as violências possam ser evitadas. De acordo com a Organização Internacional de Direitos Humanos, “os presos LGBTQI estão entre os mais vulneráveis da população prisional em que 67% dos presos LGBTQI foram agredidos enquanto estavam presos”. (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

Porém, o que é preciso problematizar é que “apartar” as Mulheres LGBTQIA+ em celas diferentes não findam as violências, pelo contrário, as diversificam, pois, os mesmos se tornam mais invisíveis, sofrem violências institucionais e de outros detentos agravando o seu processo de encarceramento.

Neste cenário, o assistente social se coloca buscando romper com tais processos de opressão, violência e segregação e, para além disso, fundamenta-se no seu compromisso com o Projeto Ético-Político profissional buscando a garantia dos direitos aos sujeitos privados de liberdade e a construção de um novo olhar sobre o sistema prisional.

Destarte esta pesquisa pautará a temática por meio de uma análise não apenas do sistema carcerário, como também do cotidiano profissional do assistente social. Cabe ressaltar que o serviço social se coloca neste cenário buscando a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação de liberdade e seus familiares bem como atender às demandas do Estado que cada vez mais busca objetificar e invisibilizar este espaço.

É importante ressaltar que, assim como o debate sobre identidade de gênero e diversidade sexual tem sido recente para o serviço social, tendo se fortalecido a partir dos anos 2000, a inserção do assistente social no sistema penitenciário também é algo recente ao se considerar que o aprisionamento como forma de “punição e correção” existe desde a Idade Média e, o profissional apenas passa a integrar a equipe técnica nas Unidades Prisionais em 1951, por meio da Lei 1651 de 8 de Dezembro.

As Mulheres LGBTQIA+ além de todo o processo de opressão e violência que convivem em seu cotidiano, ainda ficam segregados dos demais, como um “recurso de segurança”, mas, que na concretude do dia-a-dia, os afasta dos atendimentos, os invisibiliza e os vulnerabiliza ainda mais.

Baratta (2007) aborda as implicações deste segregacionismo:

Um dos elementos mais negativos das instituições carcerárias, de fato, é o isolamento microcosmo prisional do macrocosmo social, simbolizado pelos muros e grades. Até que não sejam derrubados, pelo menos simbolicamente, as chances de “ressocialização” do sentenciado continuarão diminutas. Não se pode segregar pessoas e, ao mesmo tempo, pretender sua reintegração. Todavia, a questão é mais

ampla e se relaciona com a concepção de “reintegração social, conceito que decididamente preferimos aos de “ressocialização” e “tratamento”. “Tratamento” e “ressocialização” pressupõem uma postura passiva do detento e ativa das instituições: são heranças anacrônicas da velha criminologia positivista que tinha o condenado como um indivíduo anormal e inferior que precisava ser (re)adaptado à sociedade, considerando acriticamente esta como “boa” e aquele como “mau”. (BARATTA, 2007, p. 3)

Os assistentes sociais que atuam no meio sociojurídico possuem um compromisso com as Mulheres LGBTQIA+ uma vez que, dependendo de sua conduta profissional, podem influenciar diretamente nos sujeitos empoderando-os e buscando fortalecê-los para romper com a lógica de opressão, ou os tornando mais vulneráveis por meio de um pensamento conservador que aumenta a desigualdade de acesso à justiça e aos direitos humanos dessa população.

Neste íterim, é inviável aceitar a relativização das violências dos sujeitos em conflito com a lei e/ou privados de liberdade. “Ao mesmo tempo em que lutamos para garantir e reconhecer que as pessoas tem direito a exercerem suas diversas sexualidades (consensualmente) e identidades de gênero é preciso que aprendamos a identificar relacionamentos abusivos e situações de subjugação erótica”. (FERREIRA, 2018, p. 134).

Considerações finais

Com a produção do material científico, esta pesquisa pretende debater junto ao Serviço Social e sensibilizar os profissionais que atuam neste espaço sócio-ocupacional para qualificarem o acesso dos indivíduos privados de liberdade aos atendimentos, visando a busca pela garantia dos seus direitos.

Será possível provocar o sistema prisional sobre tal temática, suscitando maiores debates tanto neste lócus de trabalho, como na política de segurança pública e nas Universidades, fazendo com que, mesmo de maneira inicial, seja possível tornar os sujeitos que se encontram privados de liberdade menos invisíveis, qualificando-os, verdadeiramente, como sujeitos de direitos.

Por fim, os resultados obtidos pela pesquisa deverão ser repassados aos sujeitos pesquisados, ao Sistema Prisional para que possam

ter um acesso à pesquisa, podendo ter o conhecimento sobre os benefícios proporcionados pelo trabalho do Serviço Social a fim de que se empoderem e possam lutar para que sejam reconhecidos os Direitos Humanos e a cidadania das Mulheres LGBTQIA+ privadas de liberdade.

Referências bibliográficas

BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social:** uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado. República Federal da Alemanha: Universidade de Saarland, S.d., 2007.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e de gênero e o Serviço Social no sociojurídico.** São Paulo: Cortez, 2018.

NASCIMENTO, A. **Os desafios da classe LGBTQI no sistema penitenciário brasileiro.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62014/duplamente-presos>. 2017. Acesso em: 23/02/2021.

TORRES, A. A. **Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro:** desafio ético e político do serviço social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 67, p. 77, 2001.